

# Emenda Calmon não é cumprida

## Professor acusa má aplicação ou insuficiência de verbas

“Ou as verbas destinadas à educação são mal-aplicadas, ou não são suficientes. O fato é que não dá para esconder a realidade da educação no Brasil, onde faltam escolas, e milhares de professores ganham menos que o salário mínimo”. Ao fazer esta afirmação na CPI da Câmara que apura a aplicação dos recursos da emenda Calmon, o secretário da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Paulo Egon Wiederkehr, disse não poder afirmar se a emenda vem ou não sendo cumprida pelos estados e municípios, por falta de informações.

Paulo Egon apresentou denúncias que indicam o não cumprimento da emenda no território do Amapá, Mato Grosso do Sul, e no município de Várzea Grande, Mato Grosso. O secretário encaminhava à CPI o parecer 0788, expedido pelo Conselho Territorial de Educação do Amapá, onde está especificado que a prefeitura municipal de Macapá não destinou em 1987 o percentual mínimo de 25 por cento da receita de impostos para o setor educacional.

Segundo Egon, a proposta orçamentária do município de Várzea Grande (MT) para este ano prevê a aplicação de apenas 23 por cento dos recursos em educação. O secretário informou que as verbas para a educação vêm sendo desviadas para outros fins no Estado do Mato Grosso do Sul, sem, contudo, apresentar provas.

“Sabemos das denúncias, mas não temos como provar”, disse Egon, ao propor a implementação de mecanismos de controle dos recursos da emenda através da lei ordinária.

O representante da CPB disse também que faltam livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul, enquanto as escolas recebem com regularidade exemplares da revista Nova Escola. A revista e os livros didáticos são distribuídos pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do MEC.